
Mulheres do século XIX no Rio Grande do Sul: uma abordagem metodológica para a história escolar

*Nineteenth century women at Rio Grande do Sul:
a methodological approach to school history*

*Flávia Eloisa Caimi**

Resumo: A proposta deste estudo, pautada em metodologia bibliográfico-documental, se inscreve na perspectiva de uma historiografia que busca dar visibilidade às mulheres do Rio Grande do Sul no século XIX, no que diz respeito às suas lutas e interações na sociedade da época. Em seus propósitos, o texto focaliza, especialmente, a intencionalidade de oferecer alguns recursos documentais para abordar o tema no campo da história escolar, os quais possam subsidiar o professor em seu trabalho em sala de aula. Espera-se que, ao manusear documentos históricos advindos de diferentes fontes e segmentos da sociedade, os alunos reconheçam que coexistiram, no mesmo espaço social e na mesma cronologia temporal, mulheres submissas, mulheres rebeldes, mulheres autônomas, mulheres dependentes e, nesse sentido, o olhar sobre a figura feminina na história deve reconhecer a multiplicidade de papéis e significados negociada entre homens, mulheres e instituições sociais de seu tempo.

Abstract: This study proposes about documentary bibliographic methodology sign up into a historiography perspective that tries to give some visibility to nineteenth century women at Rio Grande do Sul, regarding their fights and society interactions at the time. In its own objectives, the text focuses specially in the intentionality of offering some documentary resources to approach the theme in the school history field, which may subsidize the teacher in his job inside a classroom. It's expected that the handle of historical documents brought from different sources and society segments will make the student able to recognize that submissive women, rebel women, autonomous women and dependent women coexisted at the same social space and at the same temporal chronology and, thinking like this, the idea about the female figure in history must recognize the role and meaning multiplicity negotiated by men, women and social institutions of the time.

* Professora-Titular na Universidade de Passo Fundo (UPF) no curso de História e no Programa de Pós-Graduação em Educação. *E-mail:* caimi@upf.br

Palavras-chave: História escolar.
Mulheres. Fonte histórica.

Keywords: School history. Women.
Historical source.

Introdução

A história precisa ser reescrita a cada geração, porque embora o passado não mude, o presente se modifica. Cada geração formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia à medida que revive distintos aspectos das experiências de suas predecessoras. (Christopher Hill, 1987, p. 32).

Com uma visibilidade crescente no âmbito historiográfico, nas últimas décadas, a história das mulheres e das relações de gênero ainda se apresenta como um campo pouco explorado na história escolar. O impulso dessa temática de pesquisa pode ser identificado no contexto político pós-Segunda Guerra Mundial, nos acontecimentos de maio de 1968, na França, na efervescência intelectual acadêmica dos anos 1960 e 1970, notadamente na perspectiva do feminismo. Perrot (2007) situa sua emergência na aliança entre história e antropologia, pelo viés dos estudos sobre família e demografia, especialmente com os temas: natalidade, nupcialidade, contracepção, sexualidade, dentre outros, tratados por autores franceses como Philippe Ariès e Georges Duby.

Buscando evidenciar como se desenvolve a história das mulheres no Brasil, Mary Del Priore (1998) considera ter havido aqui, inicialmente, uma recepção morna e irregular desse objeto de pesquisa, mais especificamente, entre o final da década de 1970 e meados de 1980. Com a influência mais decisiva da chamada *História Nova*, começam a ser publicados teses, artigos e livros tratando, por exemplo, da história de concubinas, prostitutas, escravas rebeldes, lésbicas, pecadoras, doidas e pobres. As fontes que orientam a produção desses trabalhos giram em torno de “listas nominativas de populações, os processos e denúncias da Inquisição, os processos-crime eclesiásticos e civis, os relatórios de polícia” (DEL PRIORE, 1998, p. 227), dentre outras, buscadas em sua maioria no âmbito da transgressão e da resistência, embora também fossem incorporadas fontes literárias e

impressas, como: romances, biografias, jornais, revistas femininas, além de fontes orais.

Na história escolar, ainda hoje, as mulheres aparecem nominalmente em determinadas efemérides, em situações inusitadas, por vezes heroicas, sendo pouco visibilizadas como sujeitos de direitos e restritamente reconhecidas como parte substancial da compreensão histórica, do conhecimento do passado e da formação para a cidadania. Ainda que se ampliem as pesquisas e se aprofundem as análises relativas à presença feminina na história, no campo historiográfico, a inserção de tal temática se dá muito timidamente no espaço escolar. Isso ocorre, dentre outras razões, pela persistência de uma tradição escolar que prioriza a presença de determinados sujeitos históricos – homens, europeus, elites políticas – em detrimento de outros, como mulheres, afrodescendentes, indígenas, por exemplo.

Todavia, assim como acontece com as políticas de ações afirmativas referentes aos povos indígenas e afrodescendentes, visualizam-se, no âmbito das políticas educacionais públicas, alguns esforços no sentido de mostrar o lugar feminino na história, valorizando sua presença não só nos espaços domésticos, mas também nos espaços públicos da cidade, do trabalho, da política. Um desses esforços situa-se no âmbito do “Programa Nacional do Livro Didático”, cujos editais têm incorporado, nos últimos anos, critérios referentes à positividade das mulheres nas sociedades presentes e pretéritas, para a avaliação das obras didáticas de História que desejam integrar o *Guia nacional do livro didático*. Assim, se espera que os livros didáticos contribuam para a construção da cidadania em diversos aspectos, dentre os quais se destaca o cuidado em promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder; em abordar as temáticas: gênero e não violência contra a mulher, visando à construção de uma sociedade não sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao combate à homofobia; em promover a imagem da mulher através de texto escrito, ilustrações e atividades das coleções didáticas, reforçando sua presença e seu lugar na história. (BRASIL, 2011).

A proposta deste artigo se inscreve na perspectiva de uma historiografia que busca dar visibilidade às mulheres do Rio Grande do Sul no século XIX, no que diz respeito às suas lutas e interações na sociedade da época, focalizando a intencionalidade de oferecer alguns

recursos documentais para abordar o tema no campo da história escolar, os quais possam subsidiar o professor em seu trabalho em sala de aula.

Espera-se que, ao manusear documentos históricos advindos de diferentes fontes e segmentos da sociedade, os alunos compreendam que a história não é unívoca, não é monocausal, não contém uma única e definitiva verdade, e que a história das mulheres, foco deste artigo, não pode ser tratada “em termos de erros ou de acertos sobre o seu passado, contar a saga de heroínas ou de mártires”, antes, é preciso “enfocá-las através da submissão, da negociação, das tensões e das contradições que se estabeleceram, em diferentes épocas, entre elas e seu tempo; entre elas e as sociedades nas quais estavam inseridas”. (DEL PRIORE, 1998, p. 235).

Isso porque a crescente ampliação do acesso a diferentes fontes mostra que coexistiram, no mesmo espaço social e na mesma cronologia temporal, mulheres submissas, mulheres rebeldes, mulheres autônomas, mulheres dependentes e, nesse sentido, o olhar sobre a figura feminina na história deve reconhecer a multiplicidade de papéis e significados negociadas entre homens, mulheres e instituições sociais de seu tempo. É com esse propósito que daremos sequência ao presente estudo.

Abordagens predominantes no estudo da história das mulheres até os anos de 1970

Abordagens ditas *tradicionais* tendem a apresentar visões um tanto homogêneas sobre as mulheres do século XIX, que oscilam entre limites estreitos: do *heroísmo*, presente nos exemplos da personagem ficcional Ana Terra,¹ de Érico Veríssimo, e da figura de Anita Garibaldi, muitas vezes tão romantizada quanto uma personagem de ficção; ou da *submissão*, a partir de estudos que associam as mulheres, sobretudo as de descendência europeia, às amarras da educação patriarcal, à reclusão, à obediência e à passividade.

A obra *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, publicada em 1933, é exemplar em retratar a família patriarcal brasileira no período colonial, destacando, nas mulheres de descendência europeia, os atributos da ociosidade e obediência, pela sujeição aos pais, aos maridos e à Igreja; nas de descendência africana, as funções de cuidado infantil, de trabalhos domésticos, de amas de leite; e, nas de descendência indígena, em geral, os atributos biológicos, no papel de objeto sexual dos colonizadores e

senhores, embora tal papel não ficasse restrito a elas, estendendo-se, em alguma medida, às mulheres africanas.

Ainda que essa abordagem, hoje, pareça generalista, na medida em que submete todas as tipologias de organização familiar ao modelo patriarcal, há que serem destacados seu pioneirismo e sua sensibilidade em trazer à historiografia temas como: sexualidade, corpo e cotidiano, até então alheios à pesquisa histórica. (SOIHET, 1997). O estágio atual das pesquisas sobre gênero aponta para outros aspectos. Aquela imagem (cristalizada pela literatura) das sinhazinhas indolentemente embaladas nas redes, atendidas por mucamas e reclusas no seio familiar sob a repressão dos pais e maridos, não revela a diversidade de formações familiares e sociais existente no período colonial.

O mesmo se pode dizer da visão disseminada pelos relatos de viajantes europeus do século XIX, que têm em Saint-Hilaire um dos seus maiores expoentes.² Esse viajante percorreu algumas províncias brasileiras, circulando entre as famílias brancas abastadas, das quais, invariavelmente, era hóspede. Essa condição favoreceu a produção de relatos sobre tais grupos sociais, secundarizando ou mesmo ignorando outras formações sociais e familiares. Um aspecto a ser destacado é o enfoque sob o qual Saint-Hilaire analisou os hábitos dessas populações, apoiado numa perspectiva europeia, cristã, elitista, informada pela sua própria experiência e visão de mundo.

Nesse sentido, as particularidades das sociedades que conhecia eram, via de regra, subsumidas no seu próprio mirante. Trazemos, a seguir, dois trechos do diário de viagem, em que o autor registra algumas características das mulheres gaúchas, por oposição ao comportamento das francesas, que ele tão bem conhecia, e das mineiras visitadas anteriormente.

DOCUMENTO 1 – Relato de Auguste de Saint-Hilaire referente a sua Viagem ao Interior do Rio Grande do Sul, no ano de 1821.

Porto Alegre, 12 de julho [de 1821] – Um francês representante aqui de uma casa do Rio de Janeiro, veio convidar-me para passar a tarde em uma casa onde devia realizar-se um pequeno baile. Sabendo que essa era uma das casas mais recomendáveis de Porto Alegre não hesitei em aceitar o convite. Deparei, então, em um salão bem mobiliado e forrado de papel francês, uma reunião de trinta a quarenta pessoas, homens e mulheres. Como se tratavam de parentes e amigos íntimos, não havia

luxo nos trajes. As mulheres vestiam-se com simplicidade e decência, sendo que a maior parte dos rapazes trajavam fraque e calças de tecido branco. Dançaram-se valsas, contradanças e bailados espanhóis. Algumas senhoras tocaram pianos, outras cantaram com muita arte, acompanhadas ao bandolim, a festa terminou entre pequenos jogos de salão. Encontrei modos distintos em todas as pessoas da sociedade. As senhoras falavam desembaraçadamente com os homens e estes cercam-nas de gentilezas, sem, contudo, demonstrarem empenho ou ânsia de agradar, qualidade quase exclusiva do francês. Ainda não tinha visto no Brasil reunião semelhante. No interior, como já reparei uma centena de vezes, as mulheres se escondem e não passam de primeiras escravas da casa; os homens não têm a mínima ideia dos prazeres que se podem usufruir decentemente. Entre as mulheres que vi na casa do Sr. Patrício havia algumas bonitas. Na maior parte eram muito brancas, de cabelos castanhos escuros e olhos pretos. Algumas graciosas, porém, sem aquela vivacidade que caracteriza as francesas. Os homens, também muito claros e de olhos semelhantes, na cor, aos das mulheres, eram grandes e bem feitos; tinham modos destros, sem a brandura que caracteriza os mineiros. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 38).

DOCUMENTO 2

Porto Alegre, 21 de julho [de 1821] – Sobre os habitantes de Porto Alegre disse já quanto se refere à cor da tez, compleição e índole dos homens e das mulheres. Devo agora acrescentar que se não há aqui tanta vida social como nas cidades européias, não resta dúvida haver muito mais que nas outras cidades do Brasil. São frequentes as reuniões nas residências para saraus musicais, tocando algumas senhoras, com maestria, o bandolim e o piano, instrumento este em geral desconhecido no interior devido às dificuldades de seu transporte. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 43).

Note-se que Saint-Hilaire apresenta uma imagem da mulher sul-rio-grandense como mais sociável que as de outras cidades do Brasil e também em relação às mulheres do interior do Rio Grande do Sul, que “se escondem e não passam de primeiras escravas da casa”, como afirma o autor no primeiro documento. A constatação do viajante é interpretada por Joana Pedro (2001) como resultante de diversos fatores, tais como a composição étnica do Sul do Brasil; a especificidade da cultura que aqui se instalou e, por fim, os preconceitos sociais e raciais próprios dos viajantes nessa época.

Guardiãs do lar: novos papéis atribuídos às mulheres no contexto do Estado-Nação

Ao longo do século XIX, sopraram da Europa “ares civilizatórios” (PEDRO, 2011) ambientados no intenso processo de urbanização que se desenvolvia no Brasil, aliado à disseminação do ideário liberal e à consolidação da jovem Nação brasileira, recém-emancipada. Almeida et al. (1998) mostram que o alcance dos grandes objetivos do Estado Nacional estava estreitamente relacionado a uma intervenção médica sistemática no convívio familiar, de modo que, para o Estado sobreviver e se fortalecer, seria necessária a destruição do poder patriarcal com a consequente transferência de autoridade para o Estado, pois a ordem colonial tornava-se incompatível com os novos modelos de socialização urbana. Dessa forma, dizem as autoras, num primeiro momento, foi difundida a ideia de que a família não seria capaz de educar e preservar a vida de seus filhos, devendo contar com a ajuda de médicos sanitaristas e professores leigos, cuja educação se daria em espaços públicos, como no colégio, por exemplo.

Uma vez fortalecido o Estado Nacional e operado esse deslocamento da autoridade familiar, nos anos finais do século XIX, já se pode visualizar “o retorno das crianças ao lar”, na medida em que “a nova família, adaptada às novas exigências, já não representava uma ameaça ao Estado Nacional e poderia assumir a tarefa de educar os filhos”. (ALMEIDA et al., 1998, s/p). Nessa época, entretanto, manifesta-se um interessante paradoxo no discurso civilizador, pois o desenvolvimento urbano-industrial acabou colocando as mulheres nos espaços públicos do trabalho, causando uma espécie de efeito colateral. Então, em resposta às transformações dos papéis femininos, acentua-se a defesa de um modelo de mulher esposa, dona de casa, mãe de família, buscando-se novamente, no saber médico, elementos de valorização do papel materno:

Nesse momento, procura-se imbuir as mães de um sentimento de cuidado, proteção, carinho e amor, enquanto um sentimento natural, espontâneo e definido biologicamente pela sua natureza reprodutora. Em função desse sentimento natural, é atribuído à mulher o *status* de “guardiã do lar”. Esta foi a justificativa que os ideólogos do Estado Nacional elaboraram para legitimar, inclusive cientificamente, a transferência da autoridade paterna ao Estado, tendo na mulher sua principal aliada (ALMEIDA et al., 1998, s/p).

Trabalhando com fontes jornalísticas da Região Sul do Brasil, principalmente das décadas finais do século XIX, Joana Pedro (2001) evidencia como alguns jornais vão ditando as características comportamentais das novas elites urbanas, atribuindo modelos de conduta às famílias e, sobretudo, às mulheres, no sentido de veicular este “projeto civilizador” que, em grande medida, já se encontrava no ideário cristão e agora se atualizava com o respaldo da ciência. Segundo a autora, “nas imagens dos jornais das cidades do Sul, e provavelmente em outras cidades do restante do país, as mães seriam responsáveis pelo progresso e civilização, pois eram consideradas criadoras e educadoras das novas gerações”. (PEDRO, 2001, p. 282).

A seguir, apresentamos dois exemplos de fonte jornalística (Documentos 3 e 4), que evidenciam tais movimentos discursivos, um que reforça o papel da mulher no espaço doméstico, e outro que critica a conduta das mulheres que trabalham nas fábricas, num esforço claro de construir determinados estereótipos do papel feminino na família e na sociedade.

DOCUMENTO 3 – Jornal A Federação (1900) publicou os dez mandamentos da mulher casada. Uma espécie de paródia dos mandamentos da tradição católica.

1º) Amai vosso marido sobre todas as coisas, 2º) Não lhe jureis falso, 3º) Preparai-lhe dias de festas, 4º) Amai-o mais que o vosso pai e a vossa mãe, 5º) Não o atormenteis com exigências, caprichos e amuos, 6º) Não o enganeis, 7º) Não lhe subtraiais dinheiro, nem gasteis com futilidades, 8º) Não resmungueis, nem finjais ataques nervosos, 9º) Não desejeis mais do que um próximo e que este seja o teu marido, 10º) Não exijais luxo e não vos detenhas diante das vitrines. Estes dez mandamentos devem ser lidos pelas mulheres doze vezes por dia, e depois ser bem guardados na caixinha de toilette. (BAIRROS, 2004, p. 30).

DOCUMENTO 4 – Jornal O Exemplo (1893) publicou notícia sobre um acontecimento na Cia. Manufactora de Porto Alegre.

Fazem muito bem as moças que têm seus escrúpulos e que não querem trabalhar nas fábricas: e realmente a maioria das moças empregadas nesses estabelecimentos fazem todos os esforços para se desmoralizarem. Quando não é por meio de namoros escandalosos, é sujeitando-se a

humilhações como aconteceu esta semana na Cia. Manufactora. Houve uma lavação na secção de espartilhos, encarregando-se disso as próprias operárias. Como não havia de ser interessante ver-se umas sem vestido, outras descalças, outras todas arregaçadas e outras em fraldas de camisa! Para dar maior realce à festa, foi servida uma garrafa de caninha com bitter. (PEDRO, 2001, p. 305).

Essas imagens idealizadas do papel feminino como mãe/esposa/dona de casa, encontradas de modo mais ou menos comum nos jornais do Sul do Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, se concretizavam numa pequena parcela das famílias urbanas sul-rio-grandenses, notadamente naquelas de maior prestígio econômico e social. Como bem mostra Joana Pedro (2001, p. 292), “para a maioria da população feminina, as condições econômicas não favoreciam a identificação das mulheres com tais imagens”. Isso porque “a pluralidade étnica e a consequente diversidade de culturas dificultaram a homogeneização de comportamentos” (p. 292), favorecendo uma pluralidade de condutas e papéis assumidos pelo sexo feminino, nas diferentes etnias e camadas sociais. Ainda dialogando com Joana Pedro, vemos que “apesar de, nos dias de hoje, ainda se delinear no Paraná a imagem da ‘polaquinha’, em Santa Catarina a da ‘alemãzinha trabalhadeira’, e no Rio Grande do Sul a da ‘prenda’, esse esforço manteve-se apenas como um estereótipo”. (2001, p. 316).

Nem Penélope nem Ana Terra: são mulheres que tocam a vida, heroínas sem heroísmo

Estudos de gênero desenvolvidos nos últimos anos têm mostrado que, desde a colonização, as mulheres da elite desempenharam inúmeros papéis de liderança, na administração dos negócios, na organização de empreendimentos educacionais e religiosos, na política local, nos movimentos pró-abolição, enfim, em diversas instâncias públicas e movimentos sociais. Opondo-se à vertente tradicional, autoras como Maria Odila Dias (1984) e Rachel Soihet (1989), desde a década de 1980 têm apontado que a história das mulheres das classes dominantes não se resume a situações de clausura e passividade, antes, é repleta de ações de efetiva significação social.

Nessa linha interpretativa, situa-se o estudo de Eloísa Capovilla Ramos (2008), ao se debruçar sobre a presença da mulher sul-riograndense no período farroupilha, especialmente no segundo quartel do século XIX. O contexto belicoso da época traz novas exigências tanto às mulheres das camadas sociais mais altas quanto às do povo. Às primeiras vieram muitas situações de violência, miséria, viuvez e desassistência; às mulheres escravas em contrapartida, vieram a desorganização da vida pessoal e maiores possibilidades de fuga, sendo, muitas vezes, usadas como moeda de troca ante as dificuldades financeiras dos seus patrões, o que representa um capítulo à parte na história farroupilha.

Dentre os muitos contextos da vida feminina durante a chamada Guerra dos Farrapos (1835-1845), destacamos, aqui, uma documentação que revela a situação precária de sobrevivência de mulheres cujos maridos se encontravam nos campos de batalha. Trata-se de uma correspondência enviada por duas mulheres – Dona Maria Micaela Braga e Dona Isabel Leonor Meireles de Matos³ – que enfrentavam situação de penúria e reivindicavam auxílio financeiro a Domingos José de Almeida, ministro da Fazenda da República Rio-Grandense, no ano de 1841, conforme ilustra o documento 5.

DOCUMENTO 5 – Carta de Maria Micaela Braga, de Piratini, a Domingos José de Almeida, então Ministro da Fazenda da República Rio-Grandense, escrita em março de 1841.

Com grande pejo me prostro aos pés de V. Exa. a fim de ver se olhando ao meu estado de miséria e nudez V. Exa. me manda dar por conta dos soldos de meu marido Joaquim da Costa Braga alguma muda de roupa para mim e 2 filhos, que desde que meu marido se acha no sítio não tenho tido quem me dê nada e só sim, Exmo. Sr., muitas necessidades e grandes privações esperando agora da proteção de V.Exa., estas graças (CV-2782:V. 4, 1980, p. 488). (RAMOS, 2008, p. 6).

Exemplar em seu pedido, Maria Micaela Braga representa, aqui, um sem-número de mulheres que viveram a Revolução Farroupilha heroicamente, embora sem nenhum heroísmo, como afirma Ramos (2008). Seu apelo é o de muitas outras mulheres, dentre as quais destacamos Isabel Leonor Meireles de Matos, cuja expressão encontra-se no documento a seguir.

DOCUMENTO 6 – Carta de Isabel Leonor Meireles de Matos, de Piratini, a Domingos José de Almeida, então Ministro da Fazenda da República Rio-Grandense, escrita em agosto de 1841.

Tal como Micaela, Isabel Leonor escreve a Domingos José de Almeida. Embora noutro tom, as cartas trocadas não deixam de ter o mesmo apelo, quando a dita Senhora observa em pé de página: NB: espero que V. Exa. não se esquecerá destas tristes e desgraçadas famílias que [a quem] nem carne lhes querem dar. Alguns meses depois D. Isabel escreve ao mesmo Ministro e diz:

Ilmo. Sr. Domingos de Almeida

Piratini, 6 de agosto de 1841

Há 5 meses que daqui saiu meu marido e deixou-me 3 patacoes. Faça idéia o que não terei passado. É o motivo porque o incomodo; se me puder arranjar algum dinheiro é um grande obséquio do qual lhe ficarei muito agradecida [...].

Isabel de Matos.

NB: Se não fosse a grande necessidade conte certo que o não incomodaria. Se tiver alguma notícia do Matos, faça favor de mandar. (CV- 5755: V.10,1991, p. 265)

Dona Isabel Leonor Meireles de Matos recebeu 50 patacoes do Governo da República Rio-Grandense. (RAMOS, 2008, p. 6).

Os casos de Dona Maria Micaela e de Dona Isabel Leonor são exemplares do papel que coube às mulheres das camadas dominantes durante a guerra, notadamente o de se manterem na retaguarda, dirigir os negócios das estâncias e charqueadas, deslocar a família para locais seguros na eminência de algum perigo – como a aproximação de forças adversárias, por exemplo –, cuidar da manutenção e da educação dos filhos e tocar a vida adiante. Como denotam as cartas, tocar a vida adiante poderia também significar o abandono à própria sorte, sem dinheiro, sem notícias, sem proteção.

Seja em situação de penúria, seja na condição de influenciar nas decisões de seus maridos e filhos, é correto afirmar que “estas mulheres não eram *Penélopes*⁴ a espera de seus *Odisseus*. Elas assumiram parte importante da vida das suas famílias e cuidaram da preservação destas, de seus bens, de seus nomes e de tudo o que formava suas casas”, conforme alega Barbosa (2009, p. 108).

O divórcio perpétuo como espaço de resistência das mulheres

Em geral, há uma tendência de olharmos para o passado mais distante com certo saudosismo e pensá-lo como um tempo melhor que o atual, livre das agruras e mazelas do tempo presente. Em relação aos comportamentos sociais, por exemplo, é comum pensarmos que havia menos violência e mais solidariedade; que filhos obedeciam naturalmente aos pais, que professores tinham uma autoridade pré-instituída; que as esposas eram passivas, e que os casamentos duravam para sempre.

O trabalho rigoroso dos historiadores nos arquivos tem garantido o levantamento de um amplo conjunto de fontes que permite adentrar mais minuciosamente na vida cotidiana das sociedades pretéritas e conhecer suas lutas, conquistas, dificuldades. Mais do que isso, essas fontes mostram que o passado não é homogêneo nem higienizado, como, às vezes, supomos. No que concerne às relações conjugais e arranjos familiares, estudos mostram uma história repleta de casamentos desfeitos, casais vivendo em situação de concubinato, mulheres solteiras abandonadas com filhos ilegítimos nos braços, enfim, famílias com as mais diversas configurações. Também é um engano pensar que as mulheres eram condenadas a viver até o fim dos seus dias sob a violência doméstica, sem qualquer possibilidade de mudar essa condição indesejável. No século XIX, algumas mulheres lançavam mão do chamado “divórcio perpétuo” para se livrar de relações conjugais infelizes ou laços familiares desfavoráveis, tal como é mostrado no documento a seguir.

DOCUMENTO 7 – Processo de Divórcio Perpétuo impetrado por Ana Leonarda contra seu marido, o Tenente Felisberto Francisco.

Processo em que a relação matrimonial teve duração efêmera foi impetrado pela esposa, a viúva Ana Leonarda, contra seu marido, também viúvo, o Tenente Felisberto Francisco, na Vila de Jaguarão, entre junho de 1824 e março de 1825. Tal processo foi, pela figura de seu representante legal, Domingos Ferreira Ribeiro, iniciado pelo Libelo de Divórcio que aponta as causas que teriam a autora para buscar a separação do réu.

1º) que, sendo viúva, recebeu, em segundas núpcias, o réu, à face da igreja, na razão de que o réu não faltasse à fé conjugal e que se empregasse na administração dos bens do casal e que administrasse os meios de subsistência dela e dos filhos que a autora trazia do primeiro casamento. Eis que a autora foi iludida pelo réu; 2º) passado um mês depois de

casados, em cujo tempo o réu se dissimulava de tal sorte que a autora não teve razão de suspeitar dele, se retirou o réu desta cidade, protestando necessidade de arranjos, e, de chegada, se concubinou com uma parda, filha de Maria Brandão, a quem sustentava e com que se distraía de tal forma e por tanto tempo que a autora julgou necessário vir pessoalmente e seduzir a voltarem para sua casa, mas, 3º) que chegando a esta cidade, com prévio consentimento do réu, foi recebida com estranha indiferença, que a autora cuidou poder destruir com maneiras suaves. Porém, desde a sua chegada... a autora não viu em seu marido mais que um homem indignado que, deixando-a solitária em casa, a abandonou totalmente, privando-a de um casal de escravos que a tinham acompanhado desde sua fazenda e desonerando-se de responder pelo aluguel da casa em que assim abandonada a deixou. Nessas circunstâncias; 4º) que a autora foi precisada de socorrer à hospitalidade do sargento Mor Manoel Joaquim Roriz de Carvalho, em cuja casa, honestamente, requereu o depósito de sua pessoa, a fim de não ser mais mal tratada pelo réu e evitar-se ao perigo dele a assassinar em algum momento de exaltado furor... sendo que o réu tem, em alguns momentos, intentado suicidar-se, declarando a autora ter recebido já a escrava daquele casal, da qual lhe fez entrega com a intervenção do Juiz de Fora desta cidade; 5º) que o réu, pelo concubinato, pela prodigalidade com que a mantém, pelo grau súbito de ingratidão, fizera a objeção com que se tem havido com a autora finalmente pela tendência de matar-se... cegueira contra a fé; ou demência, ou cegueira voluntária adquirida pela sua vida louquíssima, tem se tornado um instrumento devastador dos bens do casal e um objeto de perpétuo horror... que a autora teria evitado se pudesse prever antes de casar-se, não lhe restando o necessário para viver honestamente; 6º) pede o divórcio e que seja condenado o réu às custas.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. Processo de Divórcio Entre Partes. Libelo de Divórcio. Processo Número de Registro 169-72. (SOARES, 2006, p. 122-124).

O contexto de divórcio aqui tratado está circunscrito ao Tribunal Eclesiástico da Igreja Católica e deve ser entendido numa perspectiva muito distinta da que consubstancia o divórcio que conhecemos hoje, descrito no Código Civil brasileiro como “dissolução da sociedade e do vínculo conjugal”. Em situações especiais, com justificadas razões, a Igreja Católica aceitava instaurar processo para o rompimento dos laços matrimoniais. Soares (2006) entende que, para a Igreja, a aceitação do divórcio, nos casos amparados pelo Direito Canônico, constituía uma

maneira de preservar o controle sobre mulheres e homens divorciados, da mesma forma que exercia controle sobre os casamentos.

A dissolução do matrimônio sob os auspícios da Igreja Católica tinha por finalidade, em última instância, garantir aos cônjuges a interrupção da mútua habitação, a separação de bens e, sobretudo para as mulheres, a possibilidade de continuar vivendo na comunidade católica. Por essa razão, uma das primeiras preocupações, ainda na fase inicial do processo, era a ciência do Tribunal sobre o local de guarda da mulher no período subsequente à separação de corpos, assegurando-se a possibilidade de controle dos comportamentos e da sexualidade da mulher mediante entrevistas regulares e visitas periódicas.

Ao investigar 48 processos de divórcio no Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, Ubirathan Soares (2006) identifica que 42 deles (87,5%) tiveram como proponente a esposa, e seis (12,5%) foram propostos pelos maridos. Sobre as principais motivações alegadas estão: sevícias (31,3%); adultério do marido (22,9%), adultério da esposa (14,6%), dilapidação do patrimônio pelo marido (12,5%); abandono da esposa (4,2%); alcoolismo (4,2%); incompatibilidade de credo (4,2%); indefinível (4,2%); homossexualismo do marido (2,1%).

Outro aspecto bastante significativo que integra a pesquisa empreendida por Soares (2006) diz respeito ao local de guarda da mulher, cuja identificação foi possível em 75% dos casos, como se pode observar na Tabela 1 subsequente.

Tabela 1 – Locais de guarda da mulher divorciada

Locais de guarda	Em números	Em percentuais
Não identificável	12	25,0%
Fiel depositário	5	10,4%
Casa da mãe	4	8,3%
Casa do pai	4	8,3%
Não guardada	4	8,3%
Propriedade do casal	4	8,3%
Casa da irmã	3	6,3%
Casa de amigos	2	4,2%
Casa da filha	2	4,2%
Casa do irmão	2	4,2%
Casa dos pais	2	4,2%
Casa dos avós	1	2,1%
Fazenda da esposa	1	2,1%
Casa do padrasto	1	2,1%
Casa de parentes	1	2,1%
Total	48	100%

Fonte: Soares (2006, p. 174).

O fiel depositário, conforme se pode visualizar na Tabela 1, é o destino mais frequente das mulheres em processo de divórcio, ultrapassando 10% dos casos. Trata-se da guarda em casa de desconhecidos indicadas pelo Tribunal, o que denota o afastamento das mulheres para longe de suas famílias, uma ruptura com os espaços físicos onde sempre viveram e, em certa medida, com os laços afetivos que mantinham antes do divórcio.

Nos demais casos, vê-se a presença de diferentes arranjos, de acordo com cada caso. Soares (2006) aponta que as mulheres mais jovens, recém-casadas, geralmente retornavam à casa do pai ou da mãe (que provavelmente viviam separados); algumas pleiteavam a permanência na propriedade do casal, ao menos durante o processo de divórcio, como medida para evitar a dilapidação dos bens, diante de maridos perdulários; outras, ainda, ficavam na casa de filhos, de irmãos, de amigos, possivelmente as de idade mais avançada.

Considerações finais

Nas relações familiares, escolares e sociais, a informação de gênero ainda é permanentemente difundida no funcionamento cotidiano de crianças e jovens. Trata-se de um verdadeiro treinamento para desenvolver papéis diferenciados entre meninos e meninas, com atribuições de tarefas bem-definidas por pais, professores ou por outros agentes socializadores. Nessa perspectiva, as meninas aprendem desde cedo a brincar com bonecas, cuidar dos irmãos mais novos, manter a roupa limpa, usar tom de voz mais baixo, manter-se sob a proteção dos mais velhos, etc. Aos meninos são autorizadas e mesmo solicitadas tarefas ditas “de rua”, brincar com seus pares fora de casa, trabalhar mais longe, realizar o trabalho mais pesado ou perigoso, sair de casa mais cedo, dentre outros comportamentos tidos como masculinos.

No âmbito das pesquisas direcionadas ao campo do ensino de História, o trabalho de investigação histórica e a operação metodológica alicerçada no uso de fontes históricas em sala de aula têm tomado posição de destaque, nos últimos anos, conforme apontam os estudos de Bittencourt (2004), Prats (2006) e Caimi (2008). Tal perspectiva metodológica está fundamentada no propósito de mobilizar procedimentos de investigação e problematização histórica e de fazer frente a práticas verbalistas e de memorização pautadas em aulas expositivas, que privilegiam a erudição em detrimento da possibilidade de construção de conhecimento histórico escolar.

Instada pela convicção de que a tarefa de ensinar História escolar implica orientar o estudante da Educação Básica a construir uma bagagem conceitual e metodológica que lhe permita compreender (e utilizar em certo nível de complexidade) os instrumentos e procedimentos básicos da produção de conhecimento histórico, procurou-se ensejar possibilidades metodológicas que aproximassem professores e alunos do ofício de historiador, constituindo, assim, seu protagonismo nas práticas de ensinar e aprender História.

Numa perspectiva historiográfica mais atual, buscou-se, neste estudo, operar com fontes que apresentam os espaços de resistência da mulher na sociedade, contrapondo-se a uma perspectiva historiográfica dita *tradicional*, que reconhece a mulher em condição de submissão e obediência. A contraposição de perspectivas acaba por resultar na polarização de pontos de vista e na construção de imagens dicotômicas sobre o tema. Como dissemos, a história das mulheres não se faz só de

Penélope, nem tampouco só de Ana Terra. Daí o desafio de trazermos à sala de aula na Educação Básica estudos que contemplem uma terceira via, centrada nas tensões e negociações presentes nas diversas sociedades, fazendo emergir o complexo e plural universo feminino na história.

Notas

¹ Ana Terra tornou-se uma espécie de símbolo da mulher gaúcha, na trilogia *O tempo e o vento*, de Érico Veríssimo (1995). Sua personagem é retratada na ficção como uma mulher valente, obstinada e resistente a todas as perdas e violências. Na mesma direção, muitas abordagens acadêmicas ou literárias apresentam Anita Garibaldi, nascida Ana Maria de Jesus Ribeiro, como a “heroína de dois mundos”. Anita não é personagem de ficção, mas conquistou muitos dos adjetivos atribuídos a Ana Terra, como mulher forte, guerreira, corajosa, pela ousadia em desenhar seu próprio caminho, abandonando o marido com quem fora obrigada a casar-se aos 14 anos para seguir com Giuseppe Garibaldi. Uma interessante análise dessa personagem da história do Sul encontra-se em MARKUN, Paulo. *Anita Garibaldi: uma heroína brasileira*. São Paulo: Senac, 1999.

² Auguste de Saint-Hilaire foi um botânico francês que empreendeu viagem ao Brasil entre os anos de 1816 e 1822. Nasceu em Orleans, em 1779, oriundo de família nobre. Faleceu em 1853. Não apenas coletou informações e exemplares da fauna e da flora brasileiras, como deixou

importantes relatos sobre a vida das pessoas nos lugares que percorreu em um vasto itinerário, que compreende as Regiões Sudeste e Sul do Brasil, além do território do Estado atual de Goiás. No retorno à França, dedicou-se à história natural, publicando diversos artigos em revistas especializadas.

³ Dona Isabel Leonor Meireles de Matos era casada com José Mariano de Matos, um dos responsáveis pela eclosão da Revolução Farroupilha. Matos ocupou cargos administrativos de destaque. Nomeado Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro por serviços militares prestados na Guerra da Independência, Matos chegou à Região Sul como Major em 1830. Ocupando o posto de Sargento-mor comandante do 1º Corpo de Artilharia do movimento farroupilha permaneceu no Rio Grande do Sul até os anos finais da Revolução Farroupilha. (MARQUES, 2011).

⁴ Penélope representa uma heroína mítica, filha do príncipe espartano Ícaro e esposa de Ulisses, rei de Ítaca. Após um ano de casados, Ulisses foi lutar na Guerra de Troia. Durante a longa ausência, e na incerteza de seu retorno, Penélope foi cortejada por muitos pretendentes. Sem

motivos para negá-los, a jovem mulher lançou mão de um artifício para ganhar tempo, na esperança do regresso de Ulisses. Começou a tecer uma tela para o dossel funerário de seu sogro,

comprometendo-se em fazer a escolha do pretendente quando a obra estivesse pronta. Durante o dia tecia aos olhos de todos e, à noite, secretamente, desfazia o trabalho.

Referências

- ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira; BERNARDES, Elizabeth Lannes; SANTOS, Maria de Fátima Souza. Subordinação e rebeldia: o papel da mulher na família nuclear moderna. *Educação Pública*, Cuiabá, v. 7, n. 11, jan./jun. 1998. Disponível em <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev11/subordinacao_e_rebeldia_o_pael_da_mulher.html>. Acesso em: 19 set. 2014.
- BARBOSA, Carla Adriana da Silva. *A casa e suas virtudes: relações familiares e a elite farroupilha (RS: 1835-1845)*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.
- BITTENCOURT, Circe M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2013. Brasília, 2011.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 129-150, dez. 2008.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*: Ana Gertrudes de Jesus. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 510-553.
- FRANZEN, Beatriz. A presença da mulher luso-açoriana na nascente sociedade sul-rio-grandense. Disponível em: <http://www.ihgrgs.org.br/artigos/beatriz_franzen.htm>. Acesso em: 19 set. 2014.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- HILL, Christopher. *O mundo de pontacabeças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MARQUES, Letícia Rosa. Domingos José de Almeida e José Mariano de Matos: a questão dos negros e mulatos na Revolução Farroupilha (1835-1845). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2011.

- MARKUN, Paulo. *Anita Garibaldi: uma heroína brasileira*. São Paulo: Senac, 1999.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Mulheres de faca na bota: escritoras e política no século XIX. *Anuário de Literatura*, p. 149-162, 1996.
- PEDRO, Maria Joana. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 278-321.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PINTO, José Marcelino; BRANT, Liliane; SAMPAIO, Carlos Eduardo; PASCOM, Ana Roberta. Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 81, n. 199, p. 511-524, set./dez. 2000.
- PRATS, Joaquin. Ensinar História no contexto das ciências sociais: princípios básicos. *Revista Educar*, Curitiba: Ed. da UFPR, n. esp., p. 191-218, 2006.
- RAMOS, E. H. C. L. 2008 RAMOS, Eloisa H. C. As mulheres no cotidiano do Rio Grande do Sul farroupilha. *Justiça & História*, v. 6, p. 199-214, 2008.
- RAMOS, Eloisa H. C. *As mulheres no cotidiano do Rio Grande do Sul Farroupilha*. Porto Alegre: Memorial do Judiciário, 2008.
- Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1677_065x/v6n12/Microsoft_Word_A_HISTORIA_DAS_MULHERES_NO_RSea_Revoluxo_Farroupilha__2_.pdf>. Acesso em: 30 maio 2015.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1974.
- SOARES, Ubirathan Rogerio. Os processos de divórcio perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre o sistema de alianças e o regime da sexualidade. 2006. Tese (Doutorado) – PUCRS, Porto Alegre, 2006.
- SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- VERÍSSIMO, Érico. *O Tempo e o vento: o Continente*. São Paulo: Globo, 1995.